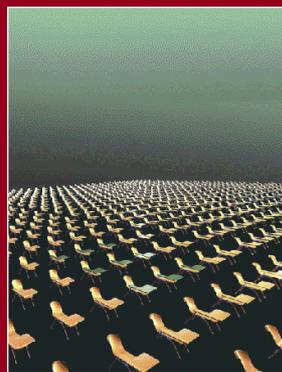


# Superior

FENPROF

# ENSINO E INVESTIGAÇÃO



Avaliação do sistema de Ensino Superior FENPROF em reuniões com peritos da OCDE e da European Network of Quality Assurance

# MCTES recebeu propostas sindicais



Sector marcado pela instabilidade e pelos despedimentos

É preciso valorizar as capacidades instaladas nos Politécnicos

Universidade de Évora

O pós-greve em Artes Visuais: uma luz ao fundo do túnel, mas... onde estão os critérios de Bolonha?

## Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores  
Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA  
Tels.: 213819190 – Fax: 213819198  
Email: sup@spgl.pt  
Home page: www.fenprof.pt/superior

**Director:** Paulo Sucena

**Departamento de Ensino Superior:**  
João Cunha Serra ■ Mário Carvalho  
Nuno Rilo ■ Manuela Esteves

**Coordenação:** José Paulo Oliveira

**Colaboração:** Inês Carvalho,  
Paula Velasquez e Elvira Nereu

**Paginação e Grafismo:** Mário Rui

**Composição:** Idalina Martins  
e Lina Reis

**Fotografia:** Jorge Caria

**Impressão:** Sogapal  
Tiragem média: 4000 ex.  
Depósito Legal: 3062/88

## MEMBROS DA



FENPROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA  
GRANDE LISBOA  
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa  
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199  
Email: sup@spgl.pt  
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO NORTE  
Edif. Cristal Park  
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto  
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595  
Email: geral@spn.pt  
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO CENTRO  
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20  
3000-250 Coimbra  
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666  
Email: sprc@mail.telepac.pt  
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA SUL  
Av. Condes de Vil'Alva, 257  
7000-868 Évora  
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274  
Email: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO AÇORES  
R. João Francisco de Sousa, 46  
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel  
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA MADEIRA  
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,  
Bloco V-1ªA - 9054-525 Funchal  
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369  
Email: spm@netmadeira.com  
Home page: members.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES  
NO ESTRANGEIRO  
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 Lisboa  
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096

## SUMÁRIO



### Acção conjunta FENPROF/SNESup à porta do Ministério

Seis medidas pela estabilidade profissional e pela protecção em caso de desemprego

### NACIONAL

#### Inversões salariais

Vale sempre a pena lutar ..... 7

#### Avaliação

FENPROF reuniu com representes da OCDE e da European Network of Quality Assurance ..... 8

#### Universidade de Évora

O pós-greve em Artes Visuais ..... 13

### OPINIÃO

#### António Brotas

As "aulas de substituição" ..... 14

#### Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro

A revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária ..... 15

#### João Cunha Serra

É preciso valorizar as capacidades instaladas nos Politécnicos ..... 17

#### Luís Bensaja dei Schirò

Sobre o ensino superior privado ... 19



### Avaliação do Sistema de Ensino Superior

FENPROF reúne com ENQA

### INTERNACIONAL

#### Colóquio Mundial, Paris

"As Universidades enquanto centros de investigação e de criação de conhecimentos: uma espécie ameaçada?" ..... 22

### CULTURA

#### Agenda Cultural

Temporada de Música da Fundação Gulbenkian com 128 concertos ... 23



João Cunha Serra

## Bolonha à trouxe-mouxe

O MCTES por vezes parece ter paragens. Fica como que ausente, impassível perante as dúvidas e incertezas que a aplicação do Processo de Bolonha levanta, designadamente aquelas que resultam da própria legislação que vai produzindo.

Mas, de repente, tem um acordar súbito e iluminado. Divulga projectos legislativos ou de regulamentação e exige pareceres em prazos de tal modo curtos que dir-se-ia serem já não uma consequência indesejada de atrasos no trabalho do Ministério, mas uma atitude deliberada para não permitir a constituição de grupos de opinião que venham a perturbar a concretização dos altos desígnios ministeriais.

Vimos até prazos para respostas importantes coincidirem praticamente com as datas de publicação das orientações (caso da apresentação de propostas de adequação de cursos a Bolonha para entrarem em vigor em 2006/2007). E pedidos de parecer sobre ante-projectos com prazos impossíveis de satisfazer em condições minimamente aceitáveis permitindo um apuramento fundamentado da opinião de órgãos como o CRUP ou o CCISP.

Esta atitude não é evidentemente nada saudável para a participação que se deseja abrangente e bem informada, quer das instituições de ensino superior, quer dos docentes, principais executores das orien-

tações de Bolonha. Em particular, mantém-se a tendência para sobrelevar aspectos mais formais do Processo, relativamente às questões de fundo que envolvem alteração de mentalidades e por isso exigiriam grande atenção e apoio por parte do Ministério, como seja a tal mudança de paradigma que levasse a primeiro plano os objectivos da aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, as condições necessárias para o seu sucesso escolar e educa-

**É, assim, já tempo de o MCTES deixar de tratar a questão de Bolonha à *trouxe-mouxe* e permitir às instituições e aos que nelas estudem e trabalham uma participação real, esclarecida e empenhada, sem medo da criação de correntes de opinião eventualmente desfavoráveis ou conservadoras, sem receio da expressão das contradições de interesses que este Processo naturalmente levanta.**

tivo – no seu processo de preparação para a cidadania plena.

É, assim, já tempo de o MCTES deixar de tratar a questão de Bolonha à *trouxe-mouxe* e permitir às instituições e aos que nelas estudem e trabalham uma participação real, esclarecida e empenhada, sem medo da criação de correntes de opinião eventualmente desfavoráveis ou conservadoras, sem receio da expressão das contradições de interesses que este Processo naturalmente levanta.

Acção conjunta FENPROF/SNESup à porta do Ministério

# Seis medidas pela estabilidade profissional e pela protecção em caso de desemprego



O chefe do gabinete do Professor Mariano Gago, que, por sobreposição de agendas do ministro e do secretário de Estado, recebeu os sindicalistas no passado dia 8 de Junho, alertou-os no sentido de que o MCTES não tem a percepção exacta da incidência da não renovação de contratos, pois são relativamente poucos os docentes que denunciam as situações ao Ministério.

"É preciso que nos organizemos nas Escolas, exigindo financiamento adequado para 2007, renovação dos contratos do pessoal docente, condições para formação. É importante que denunciemos junto da comunicação social, do Ministério, dos órgãos de poder em geral, as situações que vêm sendo criadas", sublinha o comunicado conjunto entretanto divulgado.

As duas organizações subscreveram um pedido de reunião com o Ministro para discussão das "Seis medidas pela

estabilidade profissional e pela protecção em caso de desemprego" que apresentamos já de seguida

## Objectivos

Atendendo às limitações resultantes de legislação aprovada, que impedem alterações imediatas aos quadros e às carreiras, e considerando que não deve continuar por mais tempo a actual situação de grande instabilidade profissional que se vive em muitas instituições com efeitos muito negativos para as tarefas de adequação às novas exigências decorrentes do Processo de Bolonha, a FENPROF e o SNESup apresentam ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior as medidas seguintes, destinadas a serem aprovadas o mais



8 de Junho: docentes e investigadores de todo o País à porta do MCTES

rapidamente possível de forma a poderem produzir efeitos já no próximo mês de Julho.

## Medidas e sua operacionalização

### 1ª Medida:

Reformulação dos horários de trabalho docente e da forma de cálculo das necessidades de pessoal docente.

### Operacionalização:

Realização, até fins de Julho, de uma reunião a nível técnico entre as associações sindicais e o MCTES para discutir:

- as novas definições das cargas horárias de trabalho docente e suas componentes;
- a forma de cálculo do número de ETI's correspondente às novas definições.

### 2ª Medida:

Adopção do princípio da não redução do financiamento das instituições, negociando com as que se encontrem em maiores dificuldades contratos-programa para o reforço da qualificação dos docentes e para a adequação ao Processo de Bolonha.

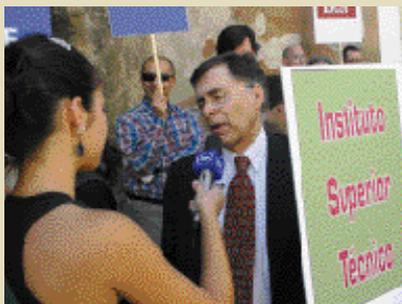
### Operacionalização:

Atribuição para 2007, para cada Universidade, Instituto Politécnico, e insti-

## Níveis de financiamento para trabalhar

Como sublinhou João Cunha Serra aos jornalistas que acompanharam a concentração sindical junto ao MCTES em 8 de Junho, esta iniciativa teve como principal objectivo apoiar a apresentação de uma proposta com um conjunto de "medidas urgentes" para o Ensino Superior e a Investigação.

Entre outras matérias, "é necessário", observou Cunha Serra, que "as instituições disponham no ano lectivo de 2006/2007 de níveis de financiamento que assegurem a manutenção em funções do pessoal docente actualmente contratado e a existência de condições para o seu acesso à frequência de programas de formação científica avançada".



JOÃO CUNHA SERRA, coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF, integrou a delegação sindical recebida no MCTES



tução de ensino superior não-integrada, de um nível de financiamento não inferior ao de 2006, celebrando-se, caso necessário contratos programa em que fique consagrado:

- o respeito pelas cargas horárias de trabalho docente máximas actualmente estabelecidas no ECDU e no ECPDESP;

- a redução de serviço lectivo para os docentes que estejam a frequentar programas de formação científica avançada, designadamente aos que tenham sido admitidos como candidatos a doutoramento;

- a garantia de renovação de contratos dos docentes especialmente contratados, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, até à revisão das carreiras e à aplicação de um regime de transição que lhes abra possibilidades de passarem à carreira.

#### **3ª Medida:**

Adopção de uma forma de cálculo de efectivos que tenha em conta o apoio à formação, a mobilidade, e a satisfação de compromissos das instituições.

#### **Operacionalização:**

Sem prejuízo da fórmula de financiamento, consideração na Portaria que fixará os limites das ETI para 2006/2007:

- dos docentes com redução de serviço lectivo por frequentarem programas de formação científica avançada no quadro de contratualização das instituições com o MCTES, como fracção de ETI correspondente à proporção de serviço atribuído;

- dos docentes que estejam com redução de serviço lectivo em compensação da atribuição em anos anteriores de cargas horárias lectivas superiores às cargas horárias máximas, como fracção de ETI correspondente à proporção de serviço atribuído.

#### **4ª Medida:**

Adopção de medidas legislativas de carácter interpretativo, com vista a evitar abusos na aplicação dos Estatutos de Carreira.

#### **Operacionalização:**

Publicação, com carácter interpretativo, de legislação que confirme que a contratação de docentes convidados por períodos até um ano ao abrigo do nº 5 do artigo 34º do ECDU e do nº 3 do artigo 12º do ECPDESP se aplica apenas à primeira contratação, sendo os contratos, renovados a partir daí, por cinco anos (professores convidados universitários), três anos (assistentes convidados universitários) e dois anos (professores e assistentes equiparados do politécnico, encarregados de trabalhos do politécnico).

Publicação, com carácter interpretativo, de legislação que considere que, em caso de celebração de novo contrato com o mesmo docente equiparado ou encarregado de trabalhos do politécnico, este deve ser considerado uma renovação do anterior, pelo prazo legalmente previsto.

Publicação, com carácter interpretativo, de legislação que obrigue a denúncia expressa dos contratos dos assistentes do politécnico, ou dos docentes equi- ▶

**A FENPROF e o SNESup entregaram, no passado dia 8 de Junho, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) uma proposta de medidas administrativas e legislativas para fazer frente à gravíssima situação que vivem milhares de docentes do ensino superior em situação de precariedade, muitos dos quais, a não ser que estas medidas sejam adoptadas pelo Ministério, não terão, já no próximo ano lectivo, nem emprego nem subsídio de desemprego.**

parados e encarregados de trabalhos do politécnico, sem o quer estes serão considerados tacitamente renovados.

Revogação, com fundamento em inconstitucionalidade, da norma do ECPDESP que permite a rescisão dos contratos durante a sua vigência.

**5ª Medida:**

Adopção de medidas legislativas com carácter transitório e até à revisão dos Estatutos de Carreira, com vista a reduzir a precariedade e incentivar a qualificação.

**Operacionalização:**

Integração na carreira, se assim o requererem, de todos os professores auxiliares convidados em tempo integral com doutoramento e de todos os assistentes convidados em tempo integral com mestrado ou doutoramento que nunca tenham sido assistentes, desde que reúnam os requisitos de tempo exigíveis.

Integração na carreira, se assim o requererem, de todos os docentes equiparados em tempo integral tendo em conta as habilitações de que sejam titulares e o tempo de serviço prestado.

Prorrogação do contrato dos actuais assistentes do Politécnico, que concluem o segundo triénio e sejam titulares de mestrado, por um terceiro triénio, e do contrato dos que se encontrem já em regime de prorrogação anual após o segundo triénio, por mais um triénio, a



"É preciso que nos organizemos nas Escolas, exigindo financiamento adequado para 2007, renovação dos contratos do pessoal docente e condições para formação"

partir do fim do actual contrato.

Abertura da possibilidade de contratação por professores adjuntos além do quadro, mediante contrato trienal renovável, quer para os doutores quer para os mestres que reúnam os requisitos de acesso à categoria de professor adjunto e preencham outras exigências a definir pelas instituições.

**6ª Medida:**

Igualização de direitos entre os docentes do ensino superior que fiquem colocados em situação de desemprego, por o seu contrato ter caducado ou não ter sido renovado, e a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

**Operacionalização:**

Publicação de legislação reconhe-

cendo o direito à indemnização por caducidade do contrato, em termos semelhantes aos fixados para a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

Publicação de legislação sobre subsídio de desemprego, em termos semelhantes aos fixados para a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem, contando o tempo de descontos para a Caixa Geral de Aposentações como tempo com contribuições registadas, e admitindo-se que, tal como previsto em anteprojecto de Proposta de Lei registado na Presidência do Conselho de Ministros sob o número PL 140/2005, fique a cargo das instituições empregadoras o processamento do subsídio. ■

Institutos Superiores de Serviço Social

# Movimento de apoio à integração dos ISSS no Ensino Superior Público

**P**rofessores da área científica de Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) de Lisboa, com o apoio do SPGL, entregaram em meados de Maio uma providência cautelar tendo como primeiro objectivo "reverter a decisão tomada pela Cooperativa de Ensino Superior CES-DET, proprietária dos ISSS de Lisboa e de Beja, de transferir a titularidade destes Institutos para a Fundação Minerva, entidade instituidora da Universidade Lusíada".

"Salvaguardar o património cultural, científico e pedagógico dos Institutos,

bem como dos direitos da respectiva comunidade académica, em particular os dos docentes", foi outro dos objectivos da referida providência.

**Reuniões com UNL e ISCTE**

"De um total de 6 professores doutorados em Serviço Social dos ISSS de Lisboa e de Beja, 5 tinham assinado em 23 de Abril uma carta entregue ao Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior pedindo a integração dos Institutos no Ensino Superior Público", refere uma nota divulgada pela Direcção

do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

No fecho desta edição, estavam previstas, com o apoio do SPGL, reuniões com a participação daqueles professores e de elementos da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa e da Presidência do ISCTE.

Avança, entretanto, a mobilização dos profissionais do Serviço Social, através das suas organizações, "**para criar um movimento de apoio à integração dos institutos superiores de serviço social no Ensino Superior Público**". ■

Inversões salariais

# Vale sempre a pena lutar

A luta despoletada pelos Sindicatos da FENPROF, em 1995, contra os efeitos perversos produzidos pelo regime de descongelamento de escalões associado à introdução do Novo Sistema Retributivo, ainda está a meio caminho mas os resultados até agora obtidos são promissores.



Os meios processuais utilizados variaram de sindicato para sindicato; os períodos para tomada de decisão variam de tribunal para tribunal e de juiz para juiz. É por essa razão que aguardamos ainda que seja proferida decisão, em primeira instância, relativamente a cinco processos.

O SPGL foi o sindicato com maior número de processos entrados em tribunal, no total de 24 casos (referentes a 23 docentes) dos quais 13 já estão resolvidos e com os retroactivos pagos, de acordo com os valores reclamados.

É de salientar o comportamento exemplar do ISEG que, logo após a primeira sentença proferida relativamente a um seu docente, procedeu de imediato ao reposicionamento e pagamento dos montantes devidos a todos os docentes com processos em curso. Em contra-



veis. Pelo meio, o IST tem vindo a proceder ao reposicionamento e aos pagamentos devidos à medida que as sentenças têm sido proferidas.

O SPRC conseguiu também recentemente ver concluídos os quatro processos instaurados, com os reposicionamentos e respectivos pagamentos devidos.

Foram mais de dez anos a lutar mas valeu a pena! Que o digam os colegas que já receberam os retroactivos!

O Novo Sistema Retributivo foi regulado pelo Decreto-Lei nº 408/89, de 18/11, no que às carreiras do ensino superior e da investigação diz respeito. A integração nos novos escalões foi gradual, de acordo com limites definidos de tempo de serviço prestado na categoria, de acordo com os Decretos-Lei nºs 347/91 e 61/92, respectivamente de 19/9 e de 15/4. Ora, o efeito conjugado das regras de transição entre escalas indiciárias, no caso de promoção, definidas no DL nº 408/89, e dos limites da antigui-

dade na categoria contabilizada para efeitos de integração nas novas escalas indiciárias e de descongelamento da progressão nos escalões, veio a produzir um fenómeno designado por "inversões salariais", uma vez que docentes com menos tempo de carreira, após o doutoramento, e/ou menos tempo na categoria vieram a ser posicionados em escalão superior ao de outros colegas com maior antiguidade.

O Tribunal Constitucional, chamado a pronunciar-se, declarou inconstitucional o efeito conjugado das duas normas se delas resultasse a chamada "inversão salarial". Não estava portanto em causa a constitucionalidade das normas mas sim os efeitos produzidos pela sua aplicação conjunta em cada caso concreto. Por esta razão, só os docentes e investigadores afectados foram instados a reclamar. Os que o fizeram estão agora a ver a sua situação reparada.

P.V.

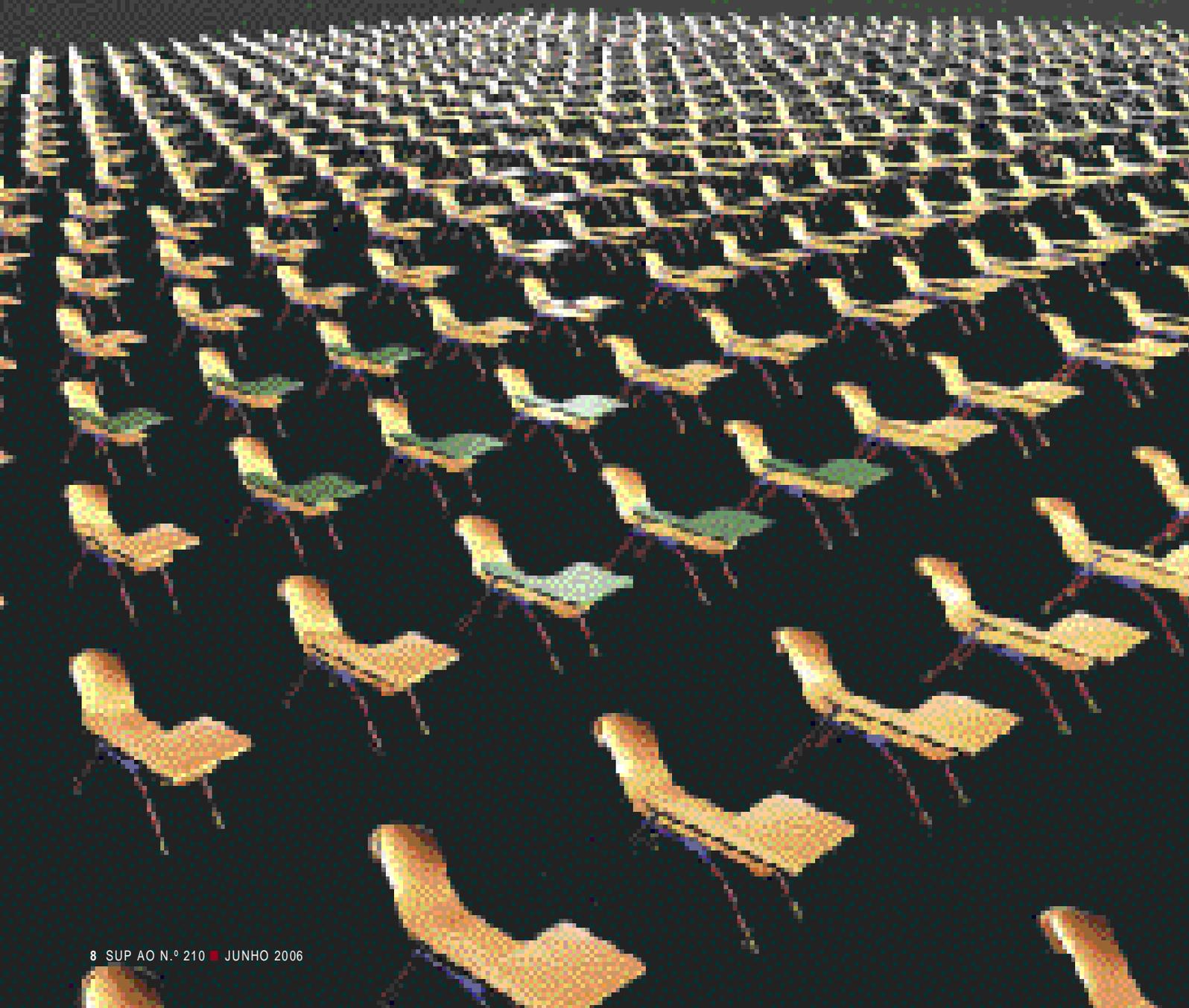


ponto, a Universidade de Lisboa manifestou a sua disposição de vir a utilizar todas as formas de recurso ao seu alcance antes de proceder à execução das sentenças que lhe foram desfavorá-

# FENPROF reuniu com peritos da OCDE

## AVALIAÇÃO

A FENPROF esteve reunida recentemente com peritos da OCDE. Dirigidos por Abrar Hasan, esses especialistas estão a trabalhar na avaliação do nosso sistema de ensino superior. Deixamos aqui à apreciação dos nossos leitores as opiniões transmitidas pela Federação nesse encontro.



## Sistema do Ensino Superior

- A FENPROF apoia a convergência do actual sistema binário (Universidades e Politécnicos) para um sistema único, integrado e diversificado, que não trate de modo desigual as instituições, nem desvalorize umas face a outras, e que não promova a sua hierarquização social.

- A FENPROF propõe que o Governo incentive a criação de redes de parcerias, convénios ou mesmo integrações, envolvendo instituições públicas do mesmo ou de diferentes subsistemas de ensino superior, com vista à racionalização de meios e à criação das necessárias massas críticas que garantam níveis elevados de qualidade e de eficácia do ensino superior, da investigação, da inovação e da ligação ao tecido económico e social.

## Financiamento

- A FENPROF defende que o financiamento público do ensino superior e da investigação deve ser aumentado para aproximar o país dos indicadores médios da OCDE e da UE, em gastos por aluno e por investigador.

- A FENPROF defende que o financiamento deve ser atribuído às instituições numa base plurianual, complementado por financiamentos programáticos destinados à melhoria da qualidade e à promoção do sucesso educativo.

- A FENPROF entende que as propinas não devem ser aumentadas e que a frequência do 2º ciclo de formação não deve em qualquer caso ser onerada com propinas mais elevadas do que as respeitantes ao 1º ciclo que constituem já hoje um factor dissuasivo da frequência de estudantes de famílias com baixos rendimentos, num contexto de uma Acção Social Escolar muito incipiente, que deve ser reforçada.

## Gestão e Avaliação

- A FENPROF defende uma gestão responsável e participada, onde seja garantida a colegialidade das decisões, com base na aprovação e na execução de planos de desenvolvimento e de actividade.

- A FENPROF defende que a gestão das instituições deve ter em conta a audição e a participação de representan-



“A FENPROF defende uma gestão responsável e participada, onde seja garantida a colegialidade das decisões, com base na aprovação e na execução de planos de desenvolvimento e de actividade” das instituições

tes do tecido económico e social envolvente, mas em caso algum aceita que a actividade das instituições seja determinada pelos interesses dos representantes do poder económico, sob os ditames do mercado.

- A FENPROF apoia a implementação de um sistema de avaliação rigoroso e de mecanismos exigentes de prestação de contas à sociedade relativamente à actividade desenvolvida e, em especial, quanto à aplicação dos fundos públicos.

## Pessoal Docente e Investigador

- A FENPROF advoga o alargamento significativo do número de investigadores a tempo inteiro nas instituições do ensino superior, tendo em conta a intensidade e a qualidade da investigação desenvolvida, como forma de impulsionar a investigação e a inovação e de criar mais emprego científico, tirando um maior partido do investimento do país em recursos humanos com formação avançada e contribuindo para a renovação dos corpos de docentes e investigadores das instituições.

- A FENPROF defende a existência de uma carreira docente e de investigação científica única no ensino superior, que permita uma utilização mais flexível dos recursos humanos mais qualificados, com a diversificação de perfis profissionais, de modo a assegurar o aumento da eficácia e da relevância social da sua actividade, tanto no ensino, na investigação e na inovação, como na ligação ao meio económico e social.

- A FENPROF defende que, neste contexto, o regime de dedicação exclusiva (que deve ser o regime normal

dominante e de acesso irrestrito), deve ser valorizado, nomeadamente pela aprovação de planos de trabalho individuais e colectivos inseridos nos objectivos das instituições e acompanhados de incentivos para um maior envolvimento dos docentes e dos investigadores em actividades de ligação à sociedade.

- A FENPROF defende que os docentes e os investigadores deverão ser estimulados no sentido da aquisição de qualificações mais elevadas e da apresentação de melhores desempenhos, o que implica o efectivo direito a uma carreira com mecanismos efectivos de promoção por mérito que sejam idóneos, equitativos e transparentes.

- A FENPROF considera indispensável a redução do elevado grau de precariedade de emprego no ensino superior (que afecta 75% dos docentes do Politécnico) – situação que se encontra em contradição com o estabelecido na Recomendação da UNESCO de 1997 – e a criação, para todos os docentes, da possibilidade de obtenção de um vínculo estável à carreira, nomeadamente para a garantia do efectivo exercício das liberdades académicas e do direito à livre expressão de opinião. O não reconhecimento do direito ao subsídio de desemprego tem agravado os efeitos desta precariedade.

- A FENPROF entende necessária a aprovação de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes do ensino superior particular e cooperativo, e uma efectiva aplicação de exigências de qualidade, de modo a assegurar a existência de corpos docentes próprios, adequadamente qualificados, e a garantir a qualidade do ensino. ■

Avaliação do Sistema de Ensino Superior

# FENPROF reúne com ENQA

Na sequência de um encontro anterior com os peritos da OCDE, a FENPROF, representada por João Cunha Serra e Hernâni Mergulhão, reuniu-se no dia 18 de Maio com o coordenador da equipa de avaliadores internacionais nomeados pela ENQA (European Network of Quality Assurance).

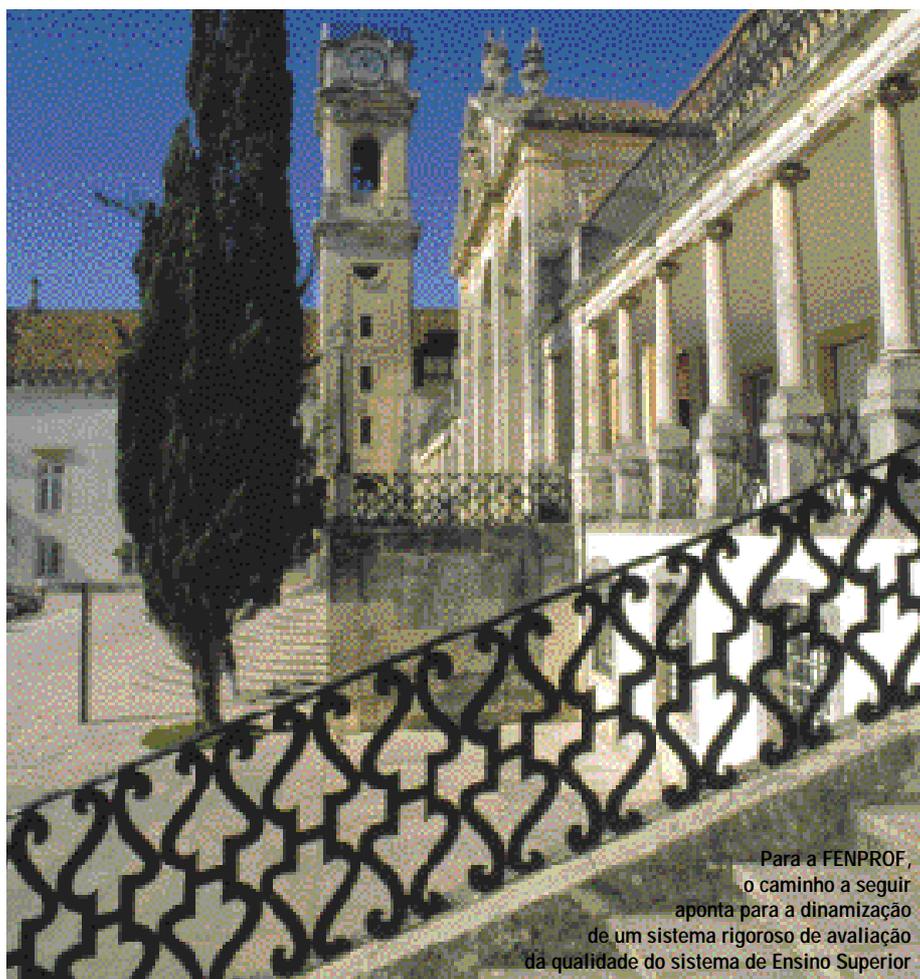
Os avaliadores, Dr. Christian Thune (coordenador) e Dr<sup>as</sup>. Gemma Raurret e Anette Jessen, pretenderam conhecer a posição da FENPROF sobre o sistema de avaliação que tem estado em prática em Portugal.

Como foi sublinhado perante a equipa de avaliadores internacionais, a FENPROF apoia a existência de um sistema rigoroso de avaliação da qualidade do sistema de ensino superior, de forma a assegurar que todas as instituições, públicas ou privadas, cumprem os necessários requisitos de qualidade e relevância social, no quadro de uma crescente internacionalização do ensino superior.

Por outro lado, a FENPROF considera que o sistema de avaliação da responsabilidade do CNAVES não pode ser visto isoladamente dos outros instrumentos de intervenção na realidade das instituições (poderes de tutela, legislação, financiamento, etc.) e entende que, à experiência de avaliação que tem sido realizada, faltou frequentemente a aplicação prática dos seus resultados e que o sistema de ensino superior particular e cooperativo tem beneficiado da complacência por omissão de sucessivos governos quanto a exigências de qualidade e de cumprimento da lei.

Além de entender que a futura agência nacional de avaliação e acreditação deve ser uma entidade idónea independente do governo e das instituições, a FENPROF opõe-se a que o ensino superior seja encarado como uma mercadoria e teme que a liberalização do ensino transnacional, baseado no e-learning e no franchising (ainda proibido em Portugal), se desenvolva sem garantias de qualidade ou que ponha em causa a identidade cultural do país.

A Federação opõe-se também a que o ensino superior possa ficar na dependência directa dos interesses económicos e a que os critérios de avaliação privile-



Para a FENPROF, o caminho a seguir aponta para a dinamização de um sistema rigoroso de avaliação da qualidade do sistema de Ensino Superior

giem indicadores de adequação ao mercado, designadamente quanto à angariação de financiamentos privados, em detrimento de indicativos sobre a qualidade, a eficácia e a relevância social do ensino, da investigação e da ligação à comunidade, sem que tal tenha por objectivo dominante a angariação de fontes de financiamento alternativos ao do Estado.

No encontro com os representantes da ENQA, a FENPROF manifestou a sua particular preocupação com a elevada taxa de insucesso e de abandono que o sistema apresenta e defende que

esse deverá ser um critério a ser considerado na avaliação, implicando, entre outras coisas, a valorização da formação e do desempenho pedagógico dos docentes.

Finalmente, a delegação sindical defendeu que a qualificação científica e pedagógica do corpo docente, bem como a ligação à sociedade, devem ser acompanhadas de condições, apoios e incentivos, nomeadamente de carreira, e que a avaliação das instituições a realizar tenha em consideração a insuficiência de condições para a obtenção de qualificações, em particular no Politécnico. ■

# Literacy: words count



By PATRICK WERQUIN\*

New test results show that far too many adults lack the basic tools needed to get on in today's world, in which the written word is so important. Governments can help, not least by improving access to adult education.

Could it be that the revolution in communications technology is reaffirming the pre-eminence of one of civilisation's oldest tools: the written word? Matters that barely a decade ago would have been dealt with orally by telephone, for instance, now transit via e-mail or text messages.

For some airlines it is even cheaper to order tickets online than by phone! Working, shopping, travelling – the written word is back with a splash, so much so that it is becoming all the harder for people to enjoy the benefits of modern society if they do not master its tools. Yet according to a new report by the OECD, between one-third and over two-thirds of adult populations do not have the basic skills to play a full role in society.

A popular story related by those combating illiteracy in France concerns a delivery man who had managed to pass his driving test thanks to a prodigious memory. He was working well in his usual area-until he was transferred! Like this man, difficulty in deciphering the signs around us can affect our lives at any time, and our ability to adapt to the world in which we live and take informed decisions. How can people deal responsibly with such things as insurance, health or retirement if they do not have the basic skills to read and complete a form? Basic skills deficits also carry a cost to society as a whole, whether through obstacles to innovation, or the risk of social exclusion.

The OECD report on adult literacy, based on the international Adult Literacy and Life Skills Survey (ALL) conducted among a selection of OECD countries – Canada, Italy, the Mexican State of Nuevo León, Norway, Switzerland and the United States – and Bermuda, tackles these issues. The survey focuses on skills gains and losses, and sheds light on the relationship between skills and employability, wages and health, for instance. Individuals were tested for prose literacy, which is understanding continuous text; document literacy, which demands deciphering items such as payroll forms; numeracy; and problem-solving skills. A final test was on how people use computers.

The first surprise in the report is the relatively small proportion of people with the minimum skills required to understand and use the information contained in a writ-

ten text. Over two-thirds of Norwegians performed to this level or better. But the figure falls to around 60% of people in Bermuda and Canada, a little below 50% in Switzerland and the United States, around 20% in Italy and 11% in Nuevo León. So there are clearly inequalities not only between, but also within, countries. For example, the gap between the lowest and highest levels of basic skills is narrow in Norway and Switzerland, but much wider in Italy and the United States. This gap is significant, for the study shows how it varies in line with a country's patterns of social, economic, health and educational performance.

The gender gap is quite small with regard to literacy in general, though women tend to be better at prose literacy and men at numeracy and document literacy. What is striking is the generation gap. In every country in the survey, young people perform better and proportionally more of them achieve higher scores for basic skills.

This suggests that basic cognitive skills diminish as people grow older. Reading and writing skills seem to require practice, just as muscles need exercise. In other words, "use them or lose them". But the opposite is also true: old dogs can learn new tricks. People's skill levels may not be determined for life by innate factors, such as parental or social background. The trouble is, a too high proportion of adults with poor literacy skills still do not have access to formal learning. Breaking this vicious circle is behind the growing interest that countries are showing in education for adults in general, and for those with poor basic literacy skills in particular.

Take workers, for instance. By and large, more highly skilled workers tend to work longer, experience less unemployment and earn significantly higher wages than lower skilled workers. They also tend to be better at using computers, which goes some way towards explaining their ability to access higher-paid jobs. According to the survey, age and income levels also affect access to information technology – younger, well-paid people stand a greater chance of being on the right side of the digital divide.

Poor literacy also has a considerable impact on health. The risks involved in wrongly deciphering a medical prescription or the instructions for using heavy machinery are obvious. And the indirect effects

are even greater, though harder to measure. There is a link between poor literacy and poverty, dangerous jobs, the inability to defend oneself in a dispute, stress, and lifestyle factors that are detrimental to health such as smoking or lack of exercise. In a society where literacy is not an option but a must, it is easy to imagine the stress felt by someone who has difficulty reading a sentence.

At a broader economic level, better literacy skills are said to contribute to higher productivity and lower demands on health systems—both valuable outcomes at a time when many governments are facing widespread problems of ageing and vocational retraining.

By and large, all of these aspects are interlinked and only a comprehensive approach to the problem can lead to noticeable progress. There are some promising avenues, such as family literacy programmes from the US and elsewhere, which bring together parents and children in a joint effort to learn – in families with problem backgrounds, the children are often more literate than the adults. These initiatives are particularly interesting in that they can break cycles that may have lasted several generations. Other attempts to help people with reading difficulties, such as information and guidance services, are also of great benefit. And while some may find it hard to break through the technology barrier, computer literacy is also becoming a must for acquiring basic reading skills. In the end, all of this depends on the need for policymakers to help broaden access to adult learning.

Literacy underpins the ability to learn and adapt in this new technological era. Giving everyone the opportunity of acquiring these skills will increasingly mean mastering the written word.

## References

Pont Béatriz and Patrick Werquin (2000), "Literacy in a thousand words", in *OECD Observer*, No. 223, pp.49-50, October, Paris.

OECD (2003), *Beyond Rhetoric: Adult Learning Policies and Practices*, Paris.

OECD (2005), *Promoting Adult Learning*, Paris.

\*Directorate for Education  
Published: January 2006

Curso de Verão: Paulo Freire e a Educação na Cidade

# Universidade do Minho promove Oficina de Saberes



No sentido de contribuir para a edificação de percursos e modalidades de educação ao longo da vida e de construir respostas socialmente sustentadas aos desafios da sociedade do conhecimento, o Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional organiza a iniciativa Oficina de Saberes, um Curso de Verão que propõe (per)curso de debate e análise de algumas problemáticas relevantes no campo da educação.

Assim, a próxima realização da Oficina de Saberes, com o curso Paulo Freire e a Educação na Cidade, orientado por Licínio Lima, é particularmente dirigida a responsáveis autárquicos, membros e dirigentes de associações de pais, animadores educativos e culturais, formadores e professores, outros membros e dirigentes associativos e sindicais envolvidos na educação. Licínio Lima é docente da Universidade do Minho, fundador do Instituto Paulo Freire de Portugal e assessor internacional do IPF de São Paulo, Brasil.

A conferência de abertura terá como tema geral "A Actualidade de Paulo Freire" e será da responsabilidade de Luiza Cortesão, Professora Emérita da Universidade do Porto, fundadora e Presidente da Direcção do Instituto Paulo Freire de Portugal.

Considerado por muitos um dos maiores expoentes do pensamento educacional da segunda metade do século XX, Paulo Freire produziu uma obra



vasta e multifacetada cuja recepção, entre nós, tem sido geralmente associada às problemáticas da educação de adultos, da educação popular e da alfabetização.

Sem prejuízo do estudo dos seus principais contributos para as áreas referidas, o Curso de Verão incidirá sobre a produção mais recente do pedagogo brasileiro e, designadamente, sobre a sua obra enquanto administrador público da educação numa das maiores cidades do mundo e nas respectivas reflexões que, a partir de então, produziu sobre política e democratização da educação (autono-

mia, participação, descentralização, projecto educativo, etc.)

#### São objectivos do curso:

- Apresentar os traços mais marcantes da vida e da obra de Paulo Freire e reflectir criticamente sobre a sua actualidade;
- Discutir os conceitos de política educativa e politicidade da educação em articulação com a sua obra A Educação na Cidade;
- Estudar as reformas educativas que desencadeou na cidade de São Paulo, especialmente no que refere à organização e administração das escolas;
- Reflectir criticamente sobre os conceitos de democracia, participação, cidadania e autonomia, entre outros, desenvolvidos por Paulo Freire nos seus ensaios teóricos e nas suas práticas.

**Organização do curso:** segundo uma tipologia que compreenderá sessões teóricas e sessões teórico-práticas.

**Horário de funcionamento:** Quinta-feira, 20 de Julho (9h-12h30m; 14h30m-18h); sexta-feira, 21 de Julho (9h-12h30m; 14h30m-18h); sábado, 22 de Julho (9h-13h)

**Local de funcionamento:** Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Rua Abade da Loureira (junto à Central de Camionagem), 4700-356 Braga.

**Inscrições:** até 6 de Julho de 2006, Secretaria do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710 Braga; email: calexandra@iep.uminho.pt

**Valor da inscrição:** 75 € (cheque passado ao Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional); estudantes da Universidade do Minho: 60 € (cheque passado ao Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional)

**Número limite de inscrições:** 25 (segundo a ordem de recepção).

**Informações:** fantunes@iep.uminho.pt; tel.: (351) 253 604 275. ■

## Leiria acolhe Congresso em Novembro

### Turismo Cultural, Território e Identidades

No âmbito do Projecto de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s), desenvolvido por uma equipa de investigadores da ESE – Instituto Politécnico de Leiria e outros investigadores exteriores ([www.identidades.esel.ipleiria.pt](http://www.identidades.esel.ipleiria.pt)), em conjunto com o Curso de Turismo da mesma escola, pretende-se levar a cabo, pela primeira vez, um encontro onde seja possível debater as marcas que o Turismo Cultural, nas suas diferentes facetas, origina nos quadros identitários que formam e conformam os territórios.

Nesta óptica, Cultura e Património – recursos turísticos a serem estudados – surgem, em simultâneo, como factores de atracção de turistas e como referências de identidade e de identificação dos territórios e dos que nestes habitam, sublinham os organizadores do encontro, que terá lugar nos auditórios da ESE/IP Leiria, nos dias 29 e 30 de Novembro próximo, com quatro painéis temáticos. Todos os pormenores em: [http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel\\_eventos/portal/sites/congurturismo](http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel_eventos/portal/sites/congurturismo)

Universidade de Évora

# O pós-greve em Artes Visuais

Passaram mais de três meses desde a greve de Artes Visuais realizada no dia 13 de Fevereiro de 2006. Existem algumas indicações de que a situação pode vir a evoluir positivamente, embora sem uma dinâmica compatível com a adaptação que se exige aos critérios de Bolonha.

**N**a ocasião da greve os dois candidatos a reitor da Universidade de Évora afirmaram aos órgãos de comunicação social concordar com as reivindicações dos professores de Artes Visuais. Na realidade, estes têm tido encontros frequentes com o Reitor eleito no dia da greve, o Professor Jorge Araújo, que prometeu solucionar alguns dos problemas existentes. Não foram no entanto até à data tomadas medidas concretas significativas.

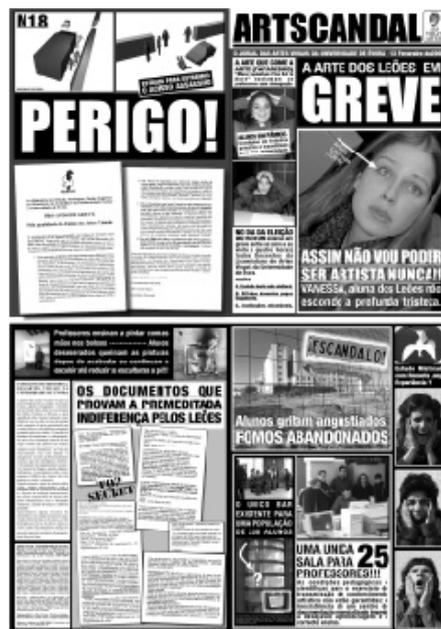
Resumindo: as instalações continuam degradadas, embora tenham sido reparados alguns vidros partidos, e o futuro projecto para o Edifícios dos Leões, onde funcionará Artes Visuais e Arquitectura, continua a marcar passo; Artes Visuais continua integrada num Departamento de Artes em que não se reconhece, e que por sua vez continua marginalizado em relação à vida universitária; fala-se da constituição de um Proto - Departamento de Artes Visuais, em paralelo com o que foi constituído para a área da Medicina Veterinária na Universidade, mas tal não passa de uma

intenção; não tem havido contratações de docentes, pelo que se mantém o número extremamente elevado de contratados a recibo verde.

Esta demora em implementar reformas urgentes torna-se mais perigosa, num momento em que é exercida sobre os docentes uma extrema pressão para uma rápida reestruturação dos cursos, no sentido de uma adequação ao processo de Bolonha, às necessidades do país e da Universidade.

Ao mesmo tempo que se afirma que, com Bolonha, irá existir um grande rigor em relação às condições de funcionamento dos cursos, desinveste-se e hesita-se em tomar as medidas necessárias para as melhorar. Isto apesar de Artes Visuais ser uma área em expansão na Universidade de Évora, com um incremento sustentado no número de alunos ao longo dos últimos anos e um Mestrado de sucesso.

Razões relacionadas com a empregabilidade futura dos alunos recomendam no entanto, também aqui, que uma rápida e profunda reestruturação nos cursos seja efectuada, no sentido de pre-



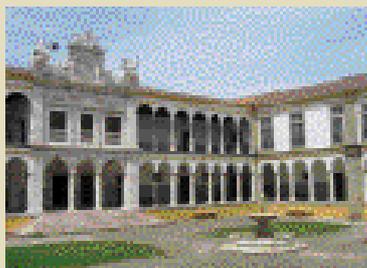
venir o seu futuro definhamento.

Sentimos uma grande responsabilidade, mas não nos são dados, em tempo útil, os meios para a exercer.

**Em Bolonha saberão que, em Portugal, é assim? ■**

## Reitor da Universidade de Évora recebeu a FENPROF

A FENPROF reuniu recentemente com o Prof. Jorge Araújo, Reitor da Universidade de Évora, tendo sido abordados neste encontro problemas relacionados com a precariedade do emprego ("recibos verdes" e docentes já doutorados e em dedicação exclusiva, contratados como convidados), aplicação do processo de Bolonha (cargas lectivas dos docentes) e com as condições de trabalho e ensino na área científica de **Artes Visuais**.



Dessa reunião, a FENPROF retira algumas conclusões fundamentais, resumidas assim numa nota divulgada pelo Departamento de Ensino Superior e Investigação, assinada por Maria Elmina Lopes, dirigente do Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS):

1. A figura (ilegal) do "colaborador" vai ser extinta e substituída

pela figura (legal) de convidado.

2. Será dado despacho favorável à passagem à carreira dos actuais convidados doutorados já com 5 anos de serviço.

3. Em consequência das repercussões políticas, nomeadamente na Assembleia da República, da greve realizada pela secção de Artes Visuais, no dia 13/2, está já garantido o financiamento de 5 milhões de euros provenientes do FEDER para a recuperação do

edifício dos Leões.

4. O despacho n.º 44/2006 da Reitoria, referente nomeadamente à redução de carga horária docente em função da produção científica, será em breve regulamentado, de forma que possa ser efectivamente posto em prática.



António Brotas \*

## As "aulas de substituição"

**E**u fui um professor privilegiado. Ao longo da minha carreira, primeiro como assistente do Técnico, depois como professor no Brasil, na Argélia, na Escola Naval e depois de novo no Técnico, dei sempre as aulas que muito bem entendi, sem nunca ter de seguir um programa que alguém me quisesse impor. A primeira vez em que tal sucedeu foi na tropa, quando eu e um tenente fomos designados para dar um curso de cabos rancheiros. O tenente disse-me: "Vamos dividir o trabalho. Eu faço os horários e você dá as aulas". E começou a enumerar as matérias: Regulamento de Disciplina Militar. "Não conheço.". "Não conhece? Não fez o Primeiro Ciclo de Oficiais Milicianos onde é ensinado?". "Não. Fui dispensado porque vim do Colégio Militar onde nunca aprendi essa matéria". O tenente teve de aceitar o facto. Deu ele próprio as aulas de RDM e eu dei todas as outras. Os alunos eram só quatro, todos pescadores. Para rancheiros eram escolhidos pescadores porque sabiam distinguir os peixes. Eu ensinei-lhes o que quis e me pareceu que seria útil para eles: História, Geografia, um bocado de Física, mecânica auto; fomos à cozinha onde teriam de trabalhar e treinei-os a fazerem pesagens, contas, relatórios e a responderem a questionários. Até lhes ensinei algumas coisas militares. Foi um prazer.

Agora, já jubilado, não tenho alunos e as Universidades sem a obrigação de dar aulas, são, de facto, sítios admiráveis. Mas, às vezes, tenho algumas saudades. Gostaria de voltar a dar aulas mas de níveis e matérias totalmente diferentes. Eventualmente aulas de substituição no Secundário, ou no Básico. Por exemplo, de Gramática a alunos do 6º ano de escolaridade.

Imagino-me a chegar a uma aula e a dizer a alunos de 12 anos: "Fui destacado para vos dar uma aula de substituição de Gramática, mas aprendi Gramá-

tica há tanto tempo que já esqueci quase tudo. Só vos posso dar a aula se me ajudarem". "Vamos tentar começar pelo princípio. Vocês sabem o que é um substantivo? Vamos arranjar uma definição. Não precisa de ser muito boa, mas deve permitir às pessoas saber o que é um substantivo". E continuaria: "Agora que todos sabem o que é um substantivo, vão fazer um exercício. Nas fotocópias da página de um livro (ou de um qualquer outro texto) em grupos de dois, com uma caneta feltro, vão cobrir todos os substantivos que encontrarem. Quando tiverem dúvidas, perguntam ao grupo ao lado. Se a dúvida for grande, discutimos todos". Depois, viriam os adjectivos: a definição e o cobrir com a caneta feltro. Depois, perguntaria: "Como se chamam estas palavras pequenas que aparecem ao lado dos substantivos?". "Artigos!". "Arranjem uma definição e, como são poucos, façam uma lista com os que estão aqui e com outros que conheçam".

Acho que daria assim a minha aula. Se, no final, os alunos tivessem vontade de continuar, a aposta estava ganha. Se a experiência continuasse duas semanas podíamos escrever uma gramática. Só depois de sentirmos ter chegado ao limite das nossas possibilidades aceitaria na aula uma gramática impressa, para ver o que tinha de diferente e em que é que ia além daquilo a que tínhamos chegado.

Este texto não é um mero devaneio de um professor jubilado. Foi escrito a pensar no futuro do nosso ensino e foi estimulado por uma notícia recente: a de que muitos professores subscreveram um texto a protestar contra a obrigatoriedade de darem aulas de substituição sem para isso terem sido preparados. Esta notícia mostra a que ponto o nosso sistema de

ensino se transformou numa gigantesca máquina atrofiadora, não só de estudantes, mas também de professores.

Os professores que não se sentem preparados fazem bem em protestar e há que tomar medidas. A primeira é, naturalmente, a de incluir nos cursos de formação de professores componentes que os preparem e lhes dêem o gosto de dar aulas de substituição. Mas é preciso muito mais. É preciso transformar as escolas em espaços de invenção e criação. Os melhores professores sempre o souberam fazer ao longo dos tempos, muitas vezes subrepticamente, mas, agora, estão quase impedidos de o fazer dado peso dos programas.

A medida que proponho é, assim, simples e nem sequer custa dinheiro. É a

**"Às vezes, tenho algumas saudades. Gostaria de voltar a dar aulas mas de níveis e matérias totalmente diferentes. Eventualmente aulas de substituição no Secundário, ou no Básico".**

de que o Ministério aceite a regra de preparar programas correspondentes só a dois terços das aulas e aceite serem os professores a definirem localmente as matérias e o modo de darem as aulas restantes, incluindo a sua avaliação. Considero ser o melhor modo de valorizar e dignificar a profissão docente e de transformar as escolas nos espaços criativos de que a sociedade precisa.

A crise da Educação é geral em toda a Europa e não sairemos dela sem medidas verdadeiramente inovadoras que sejam compreendidas pelo País e que tenham a sua aprovação.

Gostaria muito de ver esta e outras medidas serem discutidas pelos professores e tidas em conta pelo Ministério.

\* *Professor Jubilado*

# A revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária

Manuel Carlos Silva \* Fernando Bessa Ribeiro \*\*

## De onde partimos?

Desde as reformas de Veiga Simão, ainda na chamada "primavera marcelista", que o Ensino Superior em Portugal passou por profundos processos de transformação. Como será certamente reconhecido até pelos mais críticos, o país foi capaz de desenvolver a formação e a investigação, não obstante as dificuldades e os erros cometidos, permitindo uma aproximação, se bem que parcial, aos países com melhor desempenho neste campo. Basta lembrar, até porque existe vida fora das tecnociências e da investigação subordinada às empresas e ao mercado, a notável expansão das ciências sociais, com a constituição de um corpo de profissionais que formaram pelo menos duas gerações de jovens e produziram trabalhos de reconhecido mérito para a compreensão dos fenómenos sociais nas sociedades contemporâneas. Ora, para isto terá certamente concorrido o trabalho dos docentes e investigadores e os quadros jurídicos estruturantes da profissão.

O Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), com quase trinta anos de existência, confronta-se com problemas, desajustamentos e insuficiências que justificam o nosso interesse. A necessidade de o rever é considerada pela maioria de nós e das nossas associações de classe, com destaque para os sindicatos que compõem a FENPROF, como um tema prioritário. Se existe concordância relativamente à sua revisão, o mesmo não acontece com o caminho a trilhar. Constatam-se que existem diferenças profundas sobre o que fazer com o estatuto, com propostas e sugestões que abrangem todas as possibilidades, desde a sua completa substituição até à revisão pontual e circunscrita, alterando os aspectos que o tempo, a experiência e a própria evolução do sistema tornaram desadequados ou injustos. Com efeito, não há concordância sobre a orientação política em relação aos aspectos estruturantes da carreira a consignar no ECDU, nomeadamente no que

se refere à estabilidade e à progressão.

Perante a subordinação das políticas laborais às lógicas liberais, agravada pelo contexto sócio-cultural muito particular em que os docentes universitários trabalham – competição extrema, hoje violentamente agravada pelo "processo de Bolonha", posicionamento ambíguo e, não raro, contraditório em termos de consciência e mobilização de classe e subsequentes práticas frouxas de solidariedade, não apenas intra como em relação com os demais trabalhadores –, a revisão do ECDU afigura-se como um processo difícil e de resultado incerto. Considerando que tudo é possível de ser "jogado" dentro dos limites previsivelmente aceites pelo governo – manutenção da actual despesa com os salários do corpo docente –, cabe às organizações sindicais, em especial à FENPROF, uma especial e acrescida responsabilidade.

Neste sentido, não deixará dúvidas a ninguém que é necessário, com a máxima premência, definir uma estratégia. Com ela poder-se-á marcar a agenda negocial, apresentando propostas em vez de ficar-se numa débil situação defensiva que, amiúde, permite a perda de direitos e a introdução de medidas que não deixarão de agravar os aspectos mais nefastos do actual ECDU, nomeadamente no que se refere à precariedade. Para isso deve o Departamento do Ensino Superior da FENPROF tomar as iniciativas adequadas para, a breve trecho, definir uma posição clara, sem a qual não se poderá avançar na defesa efectiva dos nossos direitos enquanto trabalhadores da educação e da

investigação. Aliás, é bom lembrar que parece existir inclusive uma certa desorientação sobre os caminhos a trilhar no seio da nossa organização. Basta ler o suplemento nº 56 do Ensino Superior do Jornal da FENPROF para nos darmos conta das dificuldades em que estamos mergulhados. Ainda que enunciada a título pessoal, embora não se possa esquecer que tenha responsabilidades nas nossas estruturas sindicais, Carlos Mota Soares propõe-nos uma revisão completa

**A progressão na carreira deve ser garantida, como desde há longo tempo vem sendo defendido pelos nossos sindicatos, através da implementação da criação dos quadros de dotação global de dimensão adequada, de forma a que a promoção dos docentes e dos investigadores não dependa da existência de vagas mas tão só do mérito absoluto, devidamente avaliado com base em critérios transparentes**

do ECDU, quer dizer, uma nova lei reguladora da profissão que se coloca em contra-mão com aquilo que se denuncia nas restantes páginas do jornal, com particular destaque para o que escreve João Cunha Serra no editorial.

## **Uma revisão ancorada na defesa de princípios fundamentais**

Muitas das dificuldades que atingem o Ensino Superior, em especial aquelas que afectam os seus docentes e investigadores, decorrem directamente das lacunas (mas também dos desvirtuamentos) do actual ECDU, certamente à revelia dos desejos do legislador. É o caso, entre ▶

outros aspectos, aliás já largamente denunciados pela FENPROF e justamente reconhecidos por Carlos Mota Soares no artigo de opinião acima referido, da endogamia do corpo docente, da escassa transparência nos concursos e provas públicas, das acumulações excessivamente frequentes e generalizadas – em alguns casos a raiar a obscenidade, como há alguns meses mostrou o *Semanário Económico* num trabalho magnífico sobre este assunto, realizado com base em elementos coligidos pela FENPROF –, do recurso sistemático à figura do convidado e do colaborador para satisfazer necessidades permanente de docência, subvertendo assim os mecanismos de contratação em vigor e aos quais se devem submeter o Estado e as suas instituições. Ora, estes problemas e a sua resolução não são incompatíveis, muito pelo contrário, com a defesa dos direitos dos docentes e investigadores enquanto trabalhadores. Isto quer dizer que a revisão do ECDU deve imperativamente levar em linha de conta o que desde há muito é defendido pela FENPROF. Referimos, em concreto, três pilares fundamentais onde deve assentar a contratualização e sem os quais a profissão e o seu exercício não passarão de uma caricatura: dedicação exclusiva, progressão na carreira e estabilidade.

A dedicação exclusiva deve ser o princípio e não a excepção. A ela deverão estar vinculados, em regra, todos os docentes e investigadores, devendo penalizar-se os que, dela beneficiando, acumulam actividades e rendimentos não previstos na legislação. Por outro lado deverá ser garantida a devida compensação ou remuneração por trabalho realizado para além do estabelecido, incluindo a comutação de tempo lectivo em tempo de investigação e vice-versa. Tal permitirá não só a necessária vinculação e empenho dos docentes e investigadores às suas instituições, com os óbvios benefícios daí resultantes em termos nomeadamente de empenhamento e de compromisso pessoais, como contribuirá para o reforço da partilha democrática do trabalho científico, disponibilizando novos lugares, como é defendido no documento recentemente aprovado pelos docentes universitários da Grande Lisboa. Daqui decorre que a dedicação exclusiva não pode ficar estritamente dependente de mecanismos de controlo e avaliação hierárquicos, atrelados a uma lógica subversiva que mais não fará do que passá-la de uma obrigação para um prémio. Aliás, é bom lembrar que, nas actuais condições remuneratórias, um catedrático a tempo integral no

primeiro escalão (índice 285) tem um salário equivalente a um educador de infância ou professor dos ensinos básico e secundário no topo da carreira (10º escalão). Face à pressão política para a redução dos orçamentos com o ensino superior, o estabelecimento de mecanismos selectivos para o acesso à dedicação exclusiva não só iria desprestigiar ainda mais a profissão como agravar a conflitualidade interna, já intensa. Daqui resultariam ressentimentos e desmotivações perniciosas que concorreriam para o aparecimento de novas linhas de fractura e de disseção que em nada contribuiriam para a defesa dos interesses dos docentes e investigadores e das suas próprias instituições. Nesta perspectiva, é plausível admitir que os defensores desta solução mais não pretendam do que repartir o "bolo" salarial de uma forma diferente, agravando nomeadamente a já inaceitável diferença salarial entre o início e o topo da carreira, ao mesmo tempo que promovem uma alegada meritocracia sem cuidar de saber das condições e dos constrangimentos a que cada um de nós está sujeito na construção da sua carreira.

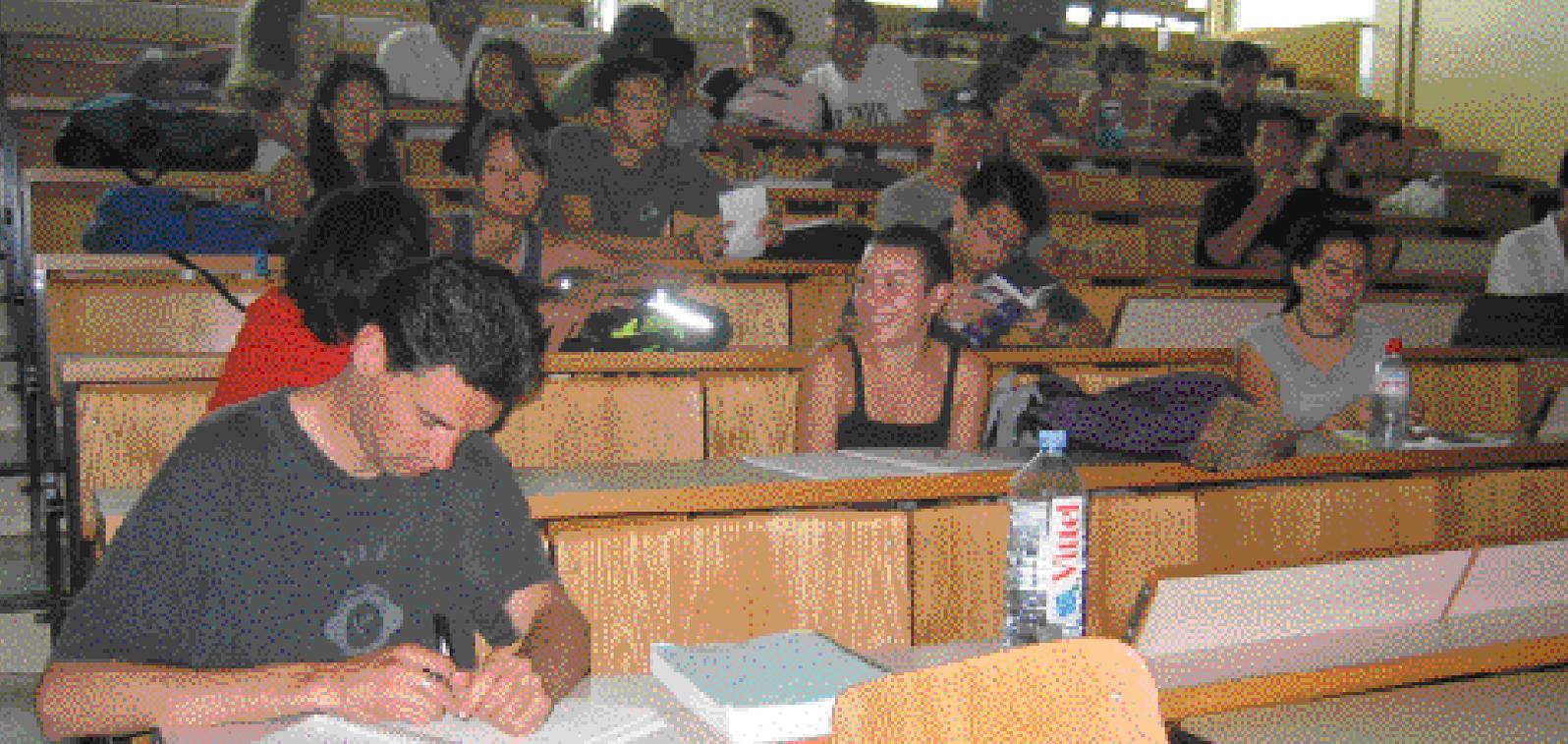
A progressão na carreira deve ser garantida, como desde há longo tempo vem sendo defendido pelos nossos sindicatos, através da implementação da criação dos quadros de dotação global de dimensão adequada, de forma a que a promoção dos docentes e dos investigadores não dependa da existência de vagas mas tão só do mérito absoluto, devidamente avaliado com base em critérios transparentes. Infelizmente, as práticas de progressão na carreira nem sempre se têm pautado por critérios de mérito, antes estando sujeitas a mecanismos de selectividade e ascensão por via burocrática e de relacionamento patrocinal, particularmente marcante quando estes estão associados a processos de recrutamento de base clientelar. Fica assim claro que só através de processos de avaliação isentos e não endogâmicos poder-se-á fazer a necessária e justa distinção entre os docentes, premiando os que mais trabalham e se dedicam ao serviço público. Considerando a situação crescente de impasse nas progressões, particularmente grave no subsistema politécnico, os quadros globais é a única saída possível para a situação em que nos encontramos, pela qual devemos lutar de forma intransigente.

Por fim, a estabilidade do vínculo contratual. Cada ano traz-nos novos casos de despedimento e de contratos ainda mais precários, fazendo da precariedade cada vez mais a regra e não a excepção. Ora, fiéis às nossas tradições e à história

das lutas dos movimentos colectivos e organizados de trabalhadores, temos de fazer da estabilidade uma reivindicação fundamental. A nossa condição de assalariados exige, a este respeito, coerência. Embora beneficiemos de condições remuneratórias superiores às da maioria dos demais trabalhadores, não devemos propor para nós próprios critérios que nos discriminem face aos restantes trabalhadores e seus direitos, tais como a segurança no emprego. É de admitir a existência de mecanismos de transferência para outras funções na administração pública, como o ECDU estabelecia – entretanto não aplicados por força de decisões avulsas por parte do governo – para todos aqueles que, pelas mais diversas razões, não reúnam as condições necessárias para a progressão na carreira. Em suma, a nossa luta faz parte da luta mais vasta dos trabalhadores pela defesa do contrato social e dos compromissos a que ele obriga contra o avanço do capitalismo neoliberal e das suas propostas de ferro e violência para o mundo laboral. Deste ponto de vista devemos exigir, muito simplesmente, que seja aplicada a lei geral do trabalho a todos os sectores do Estado, sem excepção, quer dizer, também ao ensino superior e aos seus profissionais. Tal significa que não é aceitável que a estabilidade contratual só seja obtida após um período de trabalho manifestamente longo, ponteadado de inúmeras provas, como acontece hoje, ou que possa vir a estar dependente de critérios de concessão claramente excessivos, sem paralelo com outros sectores de actividade, por certo tão exigentes como o nosso, como a magistratura ou as carreiras médicas, ou, mais grave ainda, esteja condicionada por qualquer princípio revogatório e sob condições discricionárias dependentes da hierarquia funcional directa. É bom que tenhamos presente o que efectivamente está em causa: as liberdades académicas e a protecção contra as decisões arbitrárias, como justamente está fixado pela recomendação da UNESCO relativa à condição do pessoal docente do ensino superior adoptada em 1997, sem as quais não se poderá fazer o debate aberto, o confronto de ideais e a formação científica e cidadã plural dos nossos alunos.

*\* Departamento de Sociologia,  
Instituto de Ciências Sociais,  
Universidade do Minho*

*\*\* Departamento de Economia,  
Sociologia e Gestão, Universidade  
de Trás-os-Montes e Alto Douro*



Sector marcado pela instabilidade e pelos despedimentos

# É preciso valorizar as capacidades instaladas nos Politécnicos

Várias escolas do Politécnico atravessam uma crise resultante da diminuição acentuada da procura por parte de candidatos à formação inicial, que igualmente afecta algumas universidades

**E**sta situação tem vindo a levar ao despedimento – ainda hoje sem serem reconhecido o seu direito constitucional ao subsídio de desemprego – de um número cada vez maior de docentes com contratos precários: os docentes equiparados (assistentes ou professores), muitos deles em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, alguns dos quais com mestrado, ou doutoramento, ou em processos formação avançada, para os quais o Estado tem investido muitos recursos financeiros.

As capacidades instaladas no ensino superior universitário e politécnico não são demais para as necessidades de desenvolvimento do país. Em particular, são indispensáveis, quer os que já são detentores de mestrado ou do doutoramento, quer aqueles que trazem para as instituições o saber-fazer resultante da respectiva experiência profissional. Nomeadamente, nas áreas tecnológicas, mais castigadas pelo efeito da exigência da nota mínima de 9,5 nas provas espe-

cíficas de Matemática e de Física, não é coerente defender-se o "Choque Tecnológico" e, simultaneamente, permitir o despedimento daqueles que mais poderiam contribuir para a formação técnica e científica dos quadros necessários e para a investigação e a inovação indispensáveis ao aumento da competitividade da economia.

Nas instituições do Politécnico, ou pela reduzida dimensão dos quadros, ou por as vagas existentes não terem sido postas a concurso, cerca de 75% dos docentes encontram-se contratados por prazos máximos de 2 anos, o que os torna muito vulneráveis a medidas de downsizing.

Importa assim que o Governo e o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) aprovelem medidas que permitam estabilizar o corpo docente das instituições do Politécnico de modo a que todos docentes (de carreira e equiparados) possam trabalhar em cooperação reforçada, sem o

espectro do despedimento à vista, como agora acontece, no sentido: do aumento das qualificações do corpo docente; da definição de planos de actividade e de desenvolvimento das suas instituições; da reformulação das formações, de acordo com o processo de Bolonha; do combate ao insucesso escolar; da captação de novos públicos, sem medo de "sujar as mãos", através da oferta de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de iniciativas para a aprendizagem ao longo da vida; do fortalecimento da ligação à sociedade, e em particular ao sector empresarial, e da intensificação das actividades de investigação e de inovação que têm que ser apoiadas pelo Governo através da aprovação de programas de financiamento específicos.

A actual instabilidade, que tem levado os órgãos de gestão de algumas escolas do Politécnico a elaborarem listas de docentes a despedir a curto prazo, está a causar um ambiente de "salve-se quem puder", com nefastas consequên-

cias para o futuro dessas instituições.

Em particular é necessário garantir, neste período de adaptação às novas exigências, que o financiamento não seja diminuído, de modo a permitir que a redução do número de candidatos à formação inicial (que tarda em ser compensado pela melhoria da qualidade e da eficiência do ensino secundário) não coarcte às escolas o tempo e os recursos necessários para a reformulação das suas missões e, em especial, para a urgente promoção do sucesso escolar, sobretudo agora que vai entrar em vigor a regra das prescrições.

É igualmente essencial, enquanto não se realiza a revisão global dos actuais estatutos de carreira docente do Politécnico de modo a que seja assegurado o efectivo direito a uma carreira, baseado em exigências de aquisição de qualificações e numa adequada avaliação do desempenho, que o MCTES aprove, de forma negociada com os sindicatos, medidas visando conferir às instituições e aos docentes equiparados, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, a estabilidade contratual e os apoios à sua própria formação avançada (dispensa de serviço docente e pagamento de propinas e de deslocações) indispensáveis para a aplicação das orientações e das exigências de qualidade inerentes ao Processo de Bolonha, bem como para a garantia de condições para um efectivo exercício das liberdades académicas, bem como as liberdades opinião e de criação, fundamentais no ensino superior e na investigação.

O aumento da qualidade e da relevância social do ensino superior (universitário e politécnico), como sector estratégico para o desenvolvimento do país e para a saída da actual crise, exige assim, quer do Governo e do Ministério da tutela, quer de todos os intervenientes, em particular dos docentes, um claro sentido do interesse público e uma acção articulada, racional e determinada que conduza ao melhor aproveitamento possível de todos os actuais recursos materiais e humanos existentes no sistema e também dos jovens que se vão doutorando com o apoio do Estado, pois todos não são demais para as tarefas que temos pela frente, no interesse do desenvolvimento do país e, em particular, do aumento da competitividade da economia.

*João Cunha Serra*



## Artigos e estudos de Salvado Sampaio reunidos em edição apoiada pela FENPROF

Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF; António Teodoro e Áurea Adão, ambos docentes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, dinamizaram a sessão realizada no dia 8 de Junho, em Lisboa, de apresentação do livro **"Temas de Educação (subsídios para a análise crítica da expansão escolar no Portugal nos anos 60 e 70 do século XX)"**, com textos de José Salvado Sampaio publicados na imprensa.



Com organização e apresentação de Áurea Adão e nota introdutória de António Teodoro, este livro das Edições Universitárias Lusófonas tem o apoio da FENPROF e está à disposição de todos os interessados nos Sindicatos de Professores.

Além de familiares de Salvado Sampaio, recordado nas diferentes intervenções como "um homem de grande coragem", "figura incontornável" de "enorme sentido cívico", estiveram presentes na sessão dirigentes da FENPROF e da CGTP-IN (incluindo o secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva) e muitos outros amigos do investigador, pedagogo e democrata, caso do Prof. Rogério Fernandes.

Com esta oportuna antologia de textos de José Salvado Sampaio sobre Educação e Ensino "pretende-se dar a conhecer temas relevantes" divulgados em jornais diários e outras publicações, como sublinha a Prof<sup>ª</sup> Áurea Adão, que organizou este trabalho em três partes: **Da Educação, Avaliação Escolar e Professores**. A nota introdutória de António Teodoro dá uma contextualização a esses capítulos, com a abordagem da "expansão escolar no Portugal do pós-guerra".

José Salvado Sampaio, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, foi professor do ensino secundário. Entre Outu-

bro de 1974 e Agosto de 1976, exerceu funções de director de serviços e de inspector na Direcção geral do Ensino Básico, tendo colaborado na reestruturação dos ensinos primário e normal primário. Posteriormente, foi membro do Conselho Nacional de Educação. Como bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica e do Centro de Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian, a partir da década de 60, dedicou-se à investigação nas áreas das Ciências da Educação e, em especial, da História da Educação. Os seus estudos estão publicados em livros, revistas (dirigidas algumas delas especificamente às questões educativas e pedagógicas), obras colectivas e artigos de jornais. A vida e o património que nos deixou, incluindo a sua colaboração activa na construção da Lei de Bases do Sistema Educativo, definem bem a capacidade e a criatividade de um homem firmemente empenhado na transformação e democratização da educação em Portugal.

Salvado Sampaio desempenhou também um papel relevante no SPGL, na FENPROF (de que foi dirigente como membro do Conselho Nacional do 1º ao 7º Congresso), na CGTP-IN (de que foi membro do seu Conselho Nacional), no Instituto Irene Lisboa (de que foi primeiro presidente) e no Conselho Nacional de Educação, em que participou durante longos anos como representante da Central sindical.



Luís Bensaja  
dei Schirò \*

## Sobre o ensino superior privado

A primeira observação que deve ser feita é que, ao contrário do que se afirma na designação oficial que incautamente foi dada ao ensino privado, não existe em Portugal qualquer ensino superior cooperativo. Estamos perante uma descarada falácia, que é tudo menos inocente, a qual, através do recurso a alguns expedientes formais, tem servido para colocar nas mãos de pequenos grupos rapaces a gestão e, sobretudo, os largos benefícios materiais gerados pela exploração das universidades privadas existentes no nosso país.

É óbvio que a responsabilidade pela perpetuação daquele regime jurídico, fraudulento na medida em que viola o espírito e a letra da legislação cooperativa em vigor na República, deve ser assacada ao ministério da tutela, que o consente, embora sabendo que é enganoso, e ao Instituto António Sérgio que, sem que lhe sejam dados os meios de intervenção adequados, tem a seu cargo a fiscalização dos farrapos do que ainda resta do cooperativismo português, que tantas ilusões acendeu no após o 25 de Abril, como via intermédia entre as agressões do capitalismo e do colectivismo (e que hoje poderia contribuir para distorcer o melodioso mas mortífero canto de sereia da imparável globalização...).

De facto, as universidades privadas são verdadeiras empresas comerciais que visam a valorização económica do produto que vendem e a maximização, por todos os meios, dos respectivos lucros, os quais revertem (nem sempre de forma transparente) a favor do restrito e muito fechado grupo que assegura a gestão: a única diferença em relação a qualquer outra empresa comercial é que, em vez de venderem amendoins ou sabão amarelo, vendem licenciaturas e mestrados. Uma cooperativa é algo completamente diferente, visto que a sua formulação jurídica pode ser simplificada da

seguinte maneira: são associações de capital aberto que não têm como objectivo o lucro. O que quer dizer, em palavras muito comezinhas, que qualquer cidadão – alunos, familiares, professores, pessoal não docente, etc. – pode ser cooperante, isto é, fazer parte de uma assembleia que elege, que fiscaliza as contas, que fixa políticas de gestão, por exemplo, valores de propinas ou montantes de remunerações, etc..

É aqui, perante estas duas formas de gestão e de repartição de lucros, que o ministério da tutela já devia ter tido uma intervenção moralizadora: as universidades privadas ou escolhem livremente ser empresas comerciais, que adoptam um normal modelo capitalista e se regem pelas chamadas leis do mercado, ou decidem ser cooperativas de ensino e, neste caso, aceitam cumprir as regras legais que uma tal opção implica. O que não me parece aceitável é que continuem a existir cooperativas de ensino de *jure*, que escondidas atrás de uma fórmula que não cumprem e da qual só colhem benefícios, inclusivamente fiscais (não nos esqueçamos que existe um código fiscal cooperativo), de facto funcionam como empresas comerciais.

Está ainda totalmente por fazer a história do aparecimento e desenvolvimento das universidades privadas em Portugal. Durante a ditadura, com excepção da Universidade Católica nascida de condições políticas muito específicas, o ensino superior estava entregue ao Estado. Depois do 25 de Abril, aproveitando-se da confusão que se instalou na sociedade portuguesa, ainda perplexa e hesitante à procura do melhor rumo,

um grupo de professores «estadonovistas» que havia sido afastado do ensino universitário público, acolitado por um conjunto de altos dignitários políticos do regime deposto, beneficiando de algumas cavilações jurídicas na interpretação da lei, constituiu uma cooperativa de ensino superior (1977), que está na base da instituição da primeira universidade privada (que provocatoriamente se chamou Livre). Os cursos, todos de «lápiz e papel», eram aquilo a que se pode chamar ilegais ou clandestinos, uma vez que não estavam reconhecidos pela tutela, mas mesmo assim, dada a falta de resposta do Estado perante a explosiva

**É útil e desejável que exista um sector cooperativo, a funcionar como subsistema do público, subsidiado pelo Estado mas fortemente controlado para que as ajudas recebidas sirvam para reduzir o valor de propinas e serviços e não se esvaíam nos bolsos sem fundo e sem controlo das cúpulas dirigentes...**

democratização do ensino superior, os alunos rondavam o milhar e meio. Os docentes eram todos recrutados na área da Direita e, exageradas ou falsas, contavam-se algumas histórias arrepiantes, sobretudo oriundas da fase de implosão desta universidade, quanto a passagens administrativas, a concessão de graus académicos, etc....

Devido a divergências internas, a choques de personalidades, mas sobretudo de interesses materiais, a Universidade Livre, que entretanto havia sido reconhecida pelo governo Mota Pinto, através da mão canhestra do ministro Valente de Oliveira, entrou num período de caos, de arruaças, de golpes e contra-golpes entre grupos rivais para a

tomada do poder, acabando por cindir-se e dar origem à Lusíada, a qual por sua vez não tardou também a partir-se dando vida à Autónoma, no seio da qual deve ser procurado o berço da Lusófona... Não é meu intuito seguir a história pouco edificante da Livre (e das suas filhas), mas sublinhar a sua importância na descoberta do modelo para a criação do ensino superior privado: constituição de uma cooperativa, um subterfúgio engenhoso para rodear a lei que não prevê a criação de universidades privadas, abrir cursos de «lápiz e papel» que não requerem investimentos de maior, pô-los a funcionar sem reconhecimento ministerial, à espera que a confusão com algum compadrio político à mistura se encarregasse de resolver o problema – o que de facto foi acontecendo! Mas houve um outro ensinamento que a experiência da Livre trouxe: as universidades privadas eram uma verdadeira máquina de fazer dinheiro, uma gigantesca fonte de receita, na medida em que as públicas não só não tinham capacidade de resposta para a procura como, por motivos orçamentais (mas também políticos...), haviam decidido extinguir os cursos nocturnos que tantos estudantes-trabalhadores beneficiavam, engrossando assim o mercado das privadas, que ainda por cima, com verdade ou sem ela, se apresentavam aureoladas pela fama de pouco exigentes. De facto - que fique bem claro - na base de todas as

cisões, de todos os golpes palacianos, de todas as lutas internas, de todas as torpezas e faltas de ética que se verificaram no seio das diversas universidades privadas, esteve sempre o controlo das receitas e a sua utilização em proveito pessoal – conseguido sempre através do recurso às decisões soberanas de diminutas (e controladas) assembleias gerais, a funcionar no cumprimento meramente formal do Código Cooperativo...

A todo este verdadeiro descalabro do ensino superior, a tutela assiste impassível, até porque – há que dizê-lo – é beneficiária da situação, ao ver-se livre da pressão de estudantes que querem ingressar no ensino universitário público e não têm vaga. Há aqui como que uma permuta de favores: o Estado é aliviado pela existência das privadas e, em contrapartida, não intervém no seu funcionamento, consentindo assim que aquilo que deveria ser um projecto científico e pedagógico de ensino se transforme num projecto de enriquecimento de um núcleo restrito de dirigentes, que drenam em seu favor as elevadas receitas geradas pela exploração dos respectivos estabelecimentos de ensino, baseadas na fixação de propinas exorbitantes, na cobrança dos mais insignificantes serviços, nos baixos salários pagos a desoras à grande maioria dos professores, na ausência de quaisquer regalias sociais, na inexistência de hipóteses de progressão na carreira docente, etc., etc., sem

que haja uma intervenção mínima da tutela – que parece ainda não ter entendido que estes problemas, só aparentemente organizacionais, se reflectem na qualidade do ensino ministrado.

A clarificação deste imbróglio, que não é um mero problema académico de discussão do sexo dos anjos, é necessária e urgente na medida em que é a base a partir da qual se deve estruturar o ensino superior: de um lado, o público, em que o Estado deve investir preferencialmente os seus recursos, exigindo com coragem a excelência; do outro lado, o privado, que poderá ser cooperativo ou não. Se não for, deverá ser livre de organizar o seu negócio e auto-suficiente, cabendo à tutela unicamente a fiscalização da qualidade do ensino ministrado, para que não haja favores e facilidades. Finalmente, é útil e desejável que exista um sector cooperativo, a funcionar como subsistema do público, subsidiado pelo Estado mas fortemente controlado para que as ajudas recebidas sirvam para reduzir o valor de propinas e serviços e não se esvaiam nos bolsos sem fundo e sem controlo das cúpulas dirigentes...

Esta é a clarificação que urge fazer. Esta é que é a verdadeira liberdade de ensinar e de aprender de que fala a Constituição da República.

*\* Professor Universitário  
(Universidade Lusófona)*

## Açores recebe congresso internacional de jornalismo científico

A secretária açoriana do Ambiente e do Mar anunciou a realização, em 2007, de um congresso internacional no arquipélago para promover o desenvolvimento do jornalismo científico e dar a conhecer as paisagens das nove ilhas.

Ana Paula Marques adiantou à Agência Lusa que o evento "inédito no país" vai permitir reunir nos Açores jornalistas de várias revistas de interesse científico e docentes universitários especializados em temáticas relativas ao meio ambiente.

"Iremos convidar especialistas de vários países e abrir o evento à participação da comunicação social regional, nacional e da Macaronésia", assegurou a governante, acrescentando que o congresso deverá englobar uma parte teórica e outra prática, através da realização de palestras e actividades de mergulho ou passeio.

Para além de permitir a troca de experiências e conhecimentos entre os jornalistas, a secretária do Ambiente e do Mar garantiu que este congresso científico vai servir também para potenciar a divulgação turística das paisagens e recursos naturais dos Açores em todo o Mundo.

"Será uma oportunidade para as revistas de renome internacional presentes no evento divulgarem as nossas paisagens e o que fazemos a nível da biodiversidade e conservação da natureza", afirmou Ana Paula Marques, para quem "há ainda muito trabalho a fazer nas ilhas" para desenvolver o turismo de natureza.

Segundo Ana Paula Marques, embora ainda não esteja definido o local para a realização deste primeiro congresso, a opção poderá recair entre as ilhas do Pico ou das Flores.

*Lusa, 3/05/2006*



Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL

# Escola de Verão/2006

À semelhança das práticas há muito habituais nas grandes universidades da Europa e do Mundo, a FCSH vai realizar, entre os dias 3 e 28 do próximo mês de Julho, e a partir dos vários Departamentos, a primeira edição da sua Escola de Verão, com um conjunto de cursos intensivos e de curta duração oferecidos por todas as suas áreas.

**D**estinados a um público diversificado (estudantes universitários, licenciados, público em geral) de Portugal ou do resto do Mundo, os cursos terão como objectivo apresentar, discutir e trabalhar, de forma sucinta mas intensiva, temas genéricos ou matérias específicas da área das ciências sociais e humanas abrangidas pelos vários Departamentos da FCSH. Os cursos constituirão, nesse sentido, um espaço de actualização e reflexão crítica sobre essas temáticas, inserindo-se num projecto de formação contínua ou de suplemento educacional. Estudantes da FCSH ou de outras faculdades ou universidades, professores, especialistas que pretendam desenvolver ou actualizar os seus próprios conhecimentos encontrarão na variada oferta da Escola de Verão um espaço privilegiado de diálogo. Da mesma forma, um público mais geral que pretenda apenas alargar ao seus horizontes ou satisfazer o desejo de exercitar as suas capacidades intelectuais encontrará na frequência dos cursos da Escola de Verão um espaço aliciante de trabalho.

Os Cursos de Verão poderão ainda funcionar como um ponto de encontro universitário entre Portugal, os países de língua portuguesa, a Europa e o resto do mundo.

A Escola de Verão será composta por módulos. Cada um terá a duração total de 12h lectivas, a decorrer em duas semanas (2h x 3 vezes por semana x 2), e admitirá entre 15 a 40 alunos. Os Cursos funcionarão de manhã (das 9.30h às 11.30h e das 11.30h às 13.30h), havendo igualmente alguns módulos em horário pós-laboral (das 18h às 20h). Todas as sextas-feiras, das 11.30h às 13.30h, haverá

ainda uma sessão plenária, aberta aos estudantes de todos os módulos, e onde serão abordados aspectos relevantes da sociedade portuguesa contemporânea.

As duas primeiras semanas de Julho corresponderão a um conjunto de módulos e as duas últimas semanas a outro conjunto. Os estudantes poderão optar por fazer um ou vários módulos (num máximo de oito nas duas quinzenas), da mesma área ou de áreas diferentes, consoante os seus interesses e disponibilidades de horários e de lugares.

Cada módulo dará direito à obtenção de um diploma de frequência (para o qual será necessária a participação em todas as sessões). Os estudantes que assim o solicitarem poderão ser sujeitos a uma avaliação, a qual, sendo positiva, dará lugar à obtenção de 1 crédito ECTS. Foi igualmente pedida a acreditação para professores (0,6 unidades de crédito por módulo).



A FCSH oferecerá este ano um conjunto de módulos diversificados nas áreas da Literatura e Cultura Portuguesas, Linguística, História, História de Arte, Culturas da Europa e do Mundo, Música, Ciências da Comunicação, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Geografia, Ciências da Educação e Informática.

A frequência dos Cursos será feita mediante inscrição, com uma propina. O valor da propina para cada módulo será de 100 euros para o público em geral e de 80 euros para os estudantes de licenciatura. A avaliação terá uma propina própria, que será de 20 euros para o público em geral e 10 euros para os estudantes.

Os cursos serão ministrados em Português.

Todas as informações sobre esta iniciativa em: <http://www.fcsh.unl.pt/escoladeverao> ■

## As Fronteiras e as Identidades Raianas entre Portugal e Espanha

**R**ibadavia (Ourense, Galiza) e Chaves vão receber em Julho um curso subordinado ao tema geral "*As Fronteiras e as Identidades Raianas entre Portugal e Espanha*", anuncia a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Xerardo Pereiro (UTAD), Luis Risco (Fundación Vicente Risco) e César Llana (Museu Etnológico de Ribadavia) asseguram a coordenação deste curso, a realizar entre 12 e 15 de Julho.

A iniciativa dirige-se especialmente a estudantes de ciências sociais e humanidades de Portugal e Espanha, cientistas sociais e também a todos os interessados em geral.

Criar um campus transnacional, internacional e transfronteiriço, pensar as relações ibéricas transfronteiriças e criar um espaço de pensamento e encontro transfronteiriço entre Portugal e Espanha, são outros objectivos deste curso. ■

## "As Universidades enquanto centros de investigação e de criação de conhecimentos: uma espécie ameaçada?"



O Fórum UNESCO sobre Ensino Superior, Investigação e Conhecimento, plataforma dedicada a investigadores para discutir questões importantes do desenvolvimento, anunciou a abertura do período de apresentação de comunicações para o Colóquio Mundial "As Universidades enquanto Centros de Investigação e de Criação de Conhecimentos: Uma Espécie Ameaçada?", iniciativa que decorrerá na sede da UNESCO, em Paris, de **29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006**.

Mais pormenores em [www.unesco.pt](http://www.unesco.pt) ■

## 2006 - Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação

A Assembleia-Geral das Nações Unidas declarou 2006 o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. Portugal tem um Programa Nacional de Combate à Desertificação aprovado em 1999, com cinco grandes objectivos: a conservação do solo e da água; a fixação da população activa nos meios rurais; a recuperação das áreas afectadas; e a sensibilização da população para a problemática da desertificação.

A Comissão Nacional da UNESCO apoia esta comemoração, sobretudo através das Escolas Associadas da UNESCO e de acções junto da sociedade civil, divulgando projectos-piloto da UNESCO que têm como objectivo desenvolver os conhecimentos científicos sobre a desertificação e chamar a atenção para este fenómeno que afecta todas as regiões do planeta.

Informação sobre as iniciativas em Portugal ligadas ao Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação no site da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.



## PortoCartoon reforça internacionalização



**E**stá patente na sede do Museu Nacional da Imprensa, na cidade do Porto, o VIII PortoCartoon-World Festival. Em paralelo são apresentadas duas mostras internacionais.

O PortoCartoon deste ano marca uma nova etapa na internacionalização do festival e da sua importância no contexto internacional, pela elevada qualidade alcançada e pela participação conseguida.

Na opinião unânime do júri internacional, presidido mais uma vez pelo cartunista francês Georges Wolinski, esta edição pautou-se pela excelência do cartoon levando o júri a atribuir, para além dos principais premiados, dezoito Menções Honrosas, no conjunto dos temas. A participação conseguida: milhares de trabalhos, de quatrocentos cartunistas, de meia centena de países, representantes dos cinco continentes, reforçam a importância da arte do desenho humorístico como a linguagem mais universal.

O novo troféu do certame, criado pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira, assinala a partir deste ano, a imagem de marca do PortoCartoon-World Festival. Para a organização do festival, a peça escultórica, uma Ponte, exprime as múltiplas pontes que o festival tem construído no domínio internacional, a partir de temas de grande actualidade.

O tema escolhido para este ano foi de amplitude mundial: A Desertificação e a Degradação da Terra” em sintonia com a ONU que declarou 2006 como Ano Internacional da Desertificação.

A exposição do VIII PortoCartoon vai apresentar cerca de 250 cartoons e nela podem ser vistos os trabalhos premiados, as menções honrosas atribuídas e os melhores desenhos seleccionados pelo júri internacional do concurso.

Estão representados diversos países como o Azerbaijão, a Argélia, o Brasil, a China, a Colômbia, Indonésia, o Irão, a Macedónia, a Roménia, a Rússia, a Turquia e a Ucrânia, entre outros, para além dos principais países europeus, incluindo Portugal.

O VIII PortoCartoon vai estar patente ao público até final do ano, nas instalações do Museu Nacional da Imprensa, no Porto (a montante da Ponte do Freixo), todos os dias entre as 15h e as 20h. ■

## Temporada da Gulbenkian com 128 concertos



**A** próxima temporada de música da Gulbenkian deverá ser uma das importantes de sempre, com 128 concertos e um ciclo de piano com os principais nomes do panorama mundial, por ocasião dos 50 anos da fundação. O programa começa em Outubro e vai até Junho do próximo ano.

O ciclo de piano inclui nomes como Alfred Brendel, Evgeni Kissin, Radu Lupu, Grigory Sokolov, Lang Lang, Maurizio Pollini e Murray Perahia.

A temporada abre dia 4 de Outubro com um recital da meio-soprano Anne Sophie von Otter.

Outros nomes consagrados integram o ciclo de canto como Barbara Hendricks, Matthias Goerne, Magdalena Kozená e a portuguesa Elisabete Matos.

O programa de música antiga inclui recitais da English Baroque Soloists, com o maestro John Eliot Gardiner, de Les Arts Florissants e da Orquestra Barroca da União Europeia com o violoncelista Christophe Coin.

Em Janeiro, a soprano romena Angela Gheorghiu, canta árias de Puccini, acompanhada pela Orquestra Gulbenkian.

O maestro Lawrence Foster, director musical da orquestra, também presente na apresentação da nova temporada, salientou a qualidade do programa e destacou o convite a duas maestrinas para dirigirem a orquestra nos próximos tempos.

A maestrina australiana Simone Young foi convidada a colaborar com a orquestra a partir de 2007-08 e a portuguesa Joana Carneiro continuará a colaboração que tem com a Gulbenkian. *Lusa*, 8/06/2006 ■

## Grandes Mestres da Pintura no Museu de Arte Antiga

**O** Museu de Arte Antiga, em Lisboa, recebe a colecção do médico e filantropo Gustav Rau, com 95 obras de grandes mestres da história da pintura. A exposição pode ser visitada até **17 de Setembro**.

A mostra patente nas Janelas Verdes reúne 46 obras entre os séculos XV e XVIII das escolas italiana, flamenga, holandesa, alemã, francesa, espanhola e britânica, e de mestres como Fra Angelico, Bernardino Luini, Guido Reni, Canaletto, Tiepolo, Van Goyen, Fragonard, El Greco, Ribera, Reynolds ou Gainsborough.

As restantes 49 obras são dos séculos XIX e XX: pinturas dos movimentos impressionista, do simbolismo e nabis, fauvismo e expressionismo. Incluem trabalhos de mestres como Corot, Courbet, Cézanne, Manet, Degas, Monet, Renoir, Pissarro, Sisley, Lautrec e Bonnard.

A exposição funciona às terças-feiras das 14h00 às 18h00 e de quarta a domingo das 10h00 às 18h00. Informações pelo telefone 213912800. A não perder. ■

# Pela estabilidade profissional e pela protecção em caso de desemprego

Reformulação dos horários de trabalho docente e da forma de cálculo das necessidades de pessoal docente

Adopção do princípio da não redução do financiamento das instituições, negociando com as que se encontrem em maiores dificuldades contratos-programa para o reforço da qualificação dos docentes e para a adequação ao Processo de Bolonha.

Adopção de uma forma de cálculo de efectivos que tenha em conta o apoio à formação, a mobilidade, e a satisfação de compromissos das instituições.

Adopção de medidas legislativas de carácter interpretativo, com vista a evitar abusos na aplicação dos Estatutos de Carreira

Adopção de medidas legislativas com carácter transitório e até à revisão dos Estatutos de Carreira, com vista a reduzir a precariedade e incentivar a qualificação.

Igualização de direitos entre os docentes do ensino superior que fiquem colocados em situação de desemprego, por o seu contrato ter caducado ou não ter sido renovado, e a generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

